
PAPEL DO OCIDENTE
NA BUSCA DA PAZ NO MÉDIO ORIENTE

O presente artigo, que corresponde a uma intervenção do autor na Universidade Autónoma de Lisboa em 10 de Maio de 1994, foi escolhido para publicação na revista «Nação e Defesa» no âmbito dos temas relativos a Segurança e Defesa.

Pedro de Pezarat Correia

PAPEL DO OCIDENTE
NA BUSCA DA PAZ NO MÉDIO ORIENTE

CARACTERIZAÇÃO GEOESTRATÉGICA DO MÉDIO ORIENTE

Um problema que se coloca, de imediato, quando se pretende abordar qualquer tema relativo ao Médio Oriente, é o da delimitação desta região.

De facto, o conceito de Médio Oriente é um tanto impreciso, uma vez que, em termos geográficos, não é rigorosamente definível, ou delimitável. Trata-se de uma área que se identifica mais pelas multiplicidades que nela convergem, do que pelos seus limites físicos.

Quando se fala no Médio Oriente, associa-se a ideia a um espaço onde se juntam três continentes — Europa, África e Ásia, onde se inscrevem três mares quase interiores — Mediterrâneo, Mar Vermelho e Golfo Pérsico, onde convivem várias origens étnicas — semita, greco-romana, indo-europeia e norte-africana, onde se misturam três civilizações — árabe, cristã-românica e cristã-bizantina, onde coexistem as três grandes religiões monoteístas do ocidente — islamismo, cristianismo e judaísmo.

Por isso o Médio Oriente é, por excelência, o modelo daquilo a que o grande estrategista francês e especialista do mundo islâmico, Jean-Paul Charnay, chama de «fendas estratégicas», que ele define como «zonas de rotura ou de interferência entre sociedades», pela sua própria natureza propiciadoras de conflitos.

Em geral, quando se refere o Médio Oriente, faz-se no seu sentido restrito, englobando o Egipto, parte da Turquia, a península arábica e o Irão, correspondendo, *grosso modo*, a um espaço incluído num círculo de 1500 a 2000 km de raio, centrado na foz dos rios Tigre e Eufrates, no Golfo Pérsico. Distingue-se assim um Médio Oriente e um Próximo Oriente, constituído este pelos países do Magrebe norte-africano.

Mas há quem não faça esta distinção, encarando o Médio Oriente num conceito alargado, estendido de Marrocos, a ocidente, até ao Afeganistão e Paquistão, a leste, incluindo a norte parte dos Balcãs e a sul o Sudão e o Corno de África.

É esta diversidade que, constituindo a sua riqueza, é também a fonte das suas fragilidades.

Não foi pois por acaso que o Médio Oriente foi o berço do Neolítico, da civilização urbana e, portanto, da história do Ocidente, como não é também por acaso que tem sido teatro de continuados conflitos, que se agudizaram depois da guerra de 1939-45.

O Médio Oriente tem estado sempre na mira dos projectos imperiais que sucederam na História visando unificar as duas margens do Mediterrâneo. Por isso se viu incluído no império helénico, no império fenício-carthaginês, no império romano, no império otomano, no império franco-britânico.

Depois da guerra de 1939-45, apesar da independência política de todos os seus países, foi profundamente afectado pela disputa Leste-Oeste que caracterizou a guerra fria, e particularmente pelas influências hegemónicas das superpotências EUA e URSS.

O Médio Oriente é vítima de dois factores estratégicos decisivos, que podendo constituir trunfos quando se dispõe de poder autónomo, se transformam em *handicaps* quando se é dependente: o factor posição, dado que constitui a plataforma de acesso e controlo de pontos de passagem entre o Oriente e o Ocidente e entre o Norte e o Sul, e o factor energia, dado que detém as maiores reservas petrolíferas do mundo.

A sensibilidade do Médio Oriente, para além destas causas que podemos classificar de endógenas, porque derivam da sua própria natureza, é acrescida por conflitos que lhe são estranhos. E aqui assumiu particular significado o facto de a região se integrar no flanco sul dos blocos político-militares que se confrontaram durante a guerra fria, a OTAN e o PV.

O domínio do Mar Mediterrâneo e dos seus acessos foi sempre, desde a antiguidade, o instrumento decisivo para a emergência da potência dominante na área. Foi esse domínio que permitiu que, durante a guerra fria, apesar da presença pontual da URSS, o Médio Oriente se tornasse uma região de influência hegemónica dos EUA, que a incluíssem naquilo a que chamam os seus «espaços vitais», e que a doutrina de George Kennan iden-

tificou como áreas de «contenção estratégica», dos EUA, entendendo por tal *«as áreas do mundo que não se podem deixar cair em mãos hostis»*. Doutrina que permanece válida para os centros de decisão dos EUA, mesmo depois do fim da guerra fria.

Por outro lado a URSS, através da «doutrina da soberania limitada», proclamada por Brejnev, também se autolegitimou para intervir nos países vizinhos e aí teve origem a sua intervenção no Afeganistão, que tanto viria a influenciar todo o Médio Oriente. E também não parece que os actuais dirigentes da Rússia, mesmo depois do desmembramento da URSS e do PV, se disponham a abandonar essa doutrina.

Com o fim do PV os EUA têm procurado ampliar para leste o flanco sul da OTAN, objectivo que está na base da alteração do conceito estratégico da Aliança, aprovada na reunião de Roma de Novembro de 1961. Aqui veio a optar-se por uma «concepção alargada de segurança», retirando-lhe o anterior impedimento de intervir fora da área, alteração que visa em especial, como consta do respectivo texto, *«os países do sul do Mediterrâneo e do Médio Oriente»*.

Desde sempre que os países da OTAN do Sul Europa, com a exclusão da França, isto é, Portugal, Espanha, Itália Grécia e Turquia, foram encarados pelos EUA como plataformas para a projecção de forças para o Médio Oriente, papel que surge revalorizado com os novos conceitos estratégicos que, ao preposicionamento de forças em países permanentes, privilegia agora as «forças de intervenção rápida».

E, naquilo a que os estrategos americanos chamam a política de «divisão do trabalho» nas tarefas de segurança, os EUA pretendem que os países do Sul da Europa assumam maiores responsabilidades na área do Mediterrâneo, responsabilidades essas que, servindo os «interesses vitais» dos EUA, podem não se ajustar aos interesses específicos dos países europeus.

Daqui que o Mediterrâneo e, implicitamente, o Médio Oriente, depois de flanco sul do conflito Leste-Oeste que, para já, se esbateu, se transformasse numa frente, talvez a mais importante, do conflito Norte-Sul que, apresentando-se com novos contornos, está a suceder ao Leste-Oeste.

Acresce ainda que se têm confundido e entrelaçado, no Médio Oriente, um emaranhado de conflitos regionais, por vezes despidos de qualquer sen-

tido no quadro da lógica política e dos antagonismos estruturais, pois vão desde o conflito mais geral israelo-árabe até conflitos entre países árabes, entre países europeus, no interior dos próprios países, conflitos religiosos, até às lutas de movimentos de libertação de minorias. Conflitos estes muitas vezes inesperados. Quando se punha termo à guerra Irão-Iraque, da qual nunca se descortinaram as causas reais, surgiu a guerra do Golfo. Enquanto se desenha a paz para a Palestina, dá-se a guerra nos Balcãs que, não se situando com rigor no Médio Oriente, lhe está associada, pelo confronto entre cristãos e muçulmanos, ameaçando envolver, se é que não envolve já, países muçulmanos do Médio Oriente. E, de repente, reacende-se a guerra civil no Yémen.

Face ao quadro aqui traçado, é fácil constatar que carece de sentido caracterizar o Médio Oriente, quer no seu âmbito restrito quer no alargado, como uma região geoestratégica homogénea, onde seja possível, com um mínimo de lógica, detectar objectivos comuns a médio e longo prazo, estabelecer alianças duradoiras, apontar inimigos permanentes, definir ameaças potenciais.

Como «fenda estratégica» que é, a situação no Médio Oriente apresenta-se por natureza fluida, volátil, instável, sujeita a surpresas.

Por isso, toda a análise que o tenha por objecto tende a localizar-se na conjuntura, na busca de soluções para o imediato, perdendo ou carecendo de perspectiva estratégica.

AMEAÇAS ÀS RELAÇÕES ENTRE AS DUAS MARGENS DO MEDITERRANEO

Com o fim da guerra do Golfo e o anúncio, pelos EUA, já então investidos no estatuto de única superpotência, de uma «nova ordem internacional», os analistas mais crédulos perspectivavam o limiar de uma solução pacífica e global para o Médio Oriente. A «nova ordem internacional» foi entendida, no essencial, como uma «nova ordem para o Médio Oriente». E, de facto, avançou-se na solução de um conflito parcial — se bem que a questão de fundo — e que parecia eternizar-se. As negociações sobre a Palestina e para um acordo israelo-árabe têm progredido.

Mas agudizam-se entretanto tensões que se inserem no novo conflito que já referi, que pode assumir dimensões planetárias, mas que tem particular incidência no Médio Oriente — o conflito Norte-Sul.

Só que este é um conflito que, pelo menos no curto e médio prazo, não se inscreve no quadro habitual dos conflitos armados.

Os sinais deste conflito, no Médio Oriente, podem, para já, sistematizar-se em três grandes áreas: área do ambiente com a ameaça da poluição; área demográfica com a ameaça das emigrações maciças; área ideológica com a ameaça do fundamentalismo islâmico. Conjunto de problemas que, como veremos, vêm todos a desembocar numa mesma questão.

Começemos pela área do ambiente.

É sabido como a questão da água doce, por ser um bem escasso, é um factor estratégico decisivo no Médio Oriente, potencial gerador de conflitos entre os vários países. Mas não é menos grave a questão das águas mediterrânicas, esta colocando já em confronto as margens norte e sul do Mediterrâneo.

Bernard Ravenel tem um interessante estudo sobre esta matéria, feito para o GRIP (Grupo de Pesquisa e Investigação para a Paz), em 1992, a que chamou justamente «Poluição no Mediterrâneo: o norte contra o sul?», no qual afirma que a condição primeira de toda a segurança no Mediterrâneo é de natureza ecológica. E acrescenta que, se são os povos da margem sul que dependem mais dos seus recursos marítimos — até porque os seus países não dispõem de meios para os ir procurar em mares mais longínquos — são os países da margem norte os grandes responsáveis pela sua poluição e pela sobre-exploração dos seus recursos.

O Mediterrâneo é, por um lado, permanentemente atravessado pelos grandes petroleiros, com destino aos países do Norte. Por outro lado é na margem norte que se instalam os grandes complexos industriais que descarregam no mar os seus detritos poluentes. Por último, e acima de tudo, é na margem norte que se situam as centrais nucleares e é dela que partem os navios de propulsão e armamento nucleares, sendo o Mediterrâneo já hoje considerado um dos maiores cemitérios nucleares do planeta.

Isto é, o Mediterrâneo está a ser objecto de uma permanente e crescente agressão ecológica, fundamentalmente a partir da margem norte, da qual as populações da margem sul são as grandes vítimas.

A questão demográfica, pelos seus efeitos directos na emigração, é das que é mais visivelmente sentida pelos países europeus, eles mesmos actualmente confrontados com a questão do seu próprio desemprego crescente.

O Médio Oriente está perante uma verdadeira explosão demográfica, admitindo-se que as suas populações estejam a duplicar de 30 em 30 anos. Estima-se que, no ano 2000, nenhum país da margem sul estará em condições de satisfazer as suas necessidades alimentares.

Esta situação, porque se inscreve num quadro de subdesenvolvimento, com baixos salários, deficientes condições de saúde e educação, elevado índice de desemprego, é gerador do fenómeno da emigração maciça, e particularmente dos jovens, porque é o grupo etário mais numeroso, mais atingido pelo desemprego, com maior força de trabalho, e mais disponível para a aventura.

Mas este problema não pode desligar-se do resto da África a sul do Sara. Porque estando ainda mais carenciada e mais subdesenvolvida, com conflitos mais graves e com idêntica explosão demográfica, não só não representa uma atracção para a emigração árabe como até constitui uma pressão migratória sobre os países mediterrânicos. Excluindo o caso especial da Oceânia, todo o fluxo migratório mundial se desenvolve, actualmente, no sentido sul-norte.

Por isso, e face à estagnação demográfica da Europa e à imagem atractiva que esta transmite através dos *media*, o destino normal da corrente migratória do Médio Oriente é a margem norte do Mediterrâneo.

Esta pressão, como o dia-a-dia nos revela e como foi realçado no «Relatório da primeira conferência sobre o Mediterrâneo» de Atenas, em Fevereiro de 1992, é «*geradora de fenómenos de racismo e xenofobia*».

Aquí, ao contrário do que se coloca com a poluição, são os povos da margem norte que se consideram vítimas da situação na margem sul.

O problema do fundamentalismo islâmico é mais complexo, e é por vezes mal interpretado no ocidente cristão, que não tem em consideração dois aspectos: primeiro, é que o fundamentalismo não é uma questão exclusivamente, porventura nem sequer prioritariamente, religiosa; segundo, que não é exclusivamente islâmica.

Em termos genéricos, o fundamentalismo pode ser entendido como a expressão de um ponto de vista que se apresenta como absoluta, radicada

no culto conservador de valores tradicionais, portanto negador da modernidade, do pluralismo, da tolerância.

No caso particular do fundamentalismo islâmico, pretende apresentar-se como o único caminho para a salvação, através da fusão das autoridades espiritual e temporal, isto é, da religião e da política. E como considera o Ocidente o responsável pelos males que afligem o mundo islâmico, assume a condição de uma revolta contra o Ocidente e suas influências nos países do Médio Oriente. É também uma reacção contra o falhanço do pan-arabismo nasseriano e do socialismo árabe argelino, experiências que considera de influência europeia. É, por fim, uma reacção contra os responsáveis árabes pelas derrotas face a Israel e ao Ocidente, particularmente no Líbano e no Iraque, e contra os que se aliam ao Ocidente, como os da Arábia Saudita e os do Egipto pós-Nasser.

Havendo quem distinga fundamentalismo de nacionalismo, há também quem veja nele a nova face do nacionalismo árabe, perseguindo os mesmos objectivos que este não logrou obter. Isto é, o nacionalismo terá sido importante na luta de libertação contra o domínio colonial, mas não foi capaz, depois, de encontrar respostas para as questões que se colocavam às nações independentes.

O fundamentalismo será assim uma nova forma de nacionalismo cultural, mais genuinamente popular, que se manifesta contra o fracasso do modelo de desenvolvimento económico decalcado dos modelos ocidentais, sejam capitalistas ou socialistas. O fundamentalismo alimenta-se das crises económicas e do subdesenvolvimento.

Por isso o fundamentalismo perfila-se como uma modalidade de tomada do poder, mas que só poderá ter êxito quando conseguir penetrar e controlar as forças armadas. O exemplo da Argélia, onde o FIS esteve no limiar do poder pela via eleitoral, mas onde foi travado *manu militare*, é paradigmático.

Em última análise, há quem considere o fundamentalismo um conceito neo-islâmico de uma «nova ordem universal» dominada pelo Islão, como resposta à «ordem mundial» patrocinada pelos EUA.

Digamos então que o fundamentalismo islâmico gera um fenómeno de influência bilateral e algo contraditória, por um lado reacção árabe contra o Ocidente, mas por outro lado fomentador no Ocidente de reacções contra o que considera ameaças do próprio fundamentalismo.

PAPEL DO OCIDENTE

É com estes dados globais que devemos contar quando pretendemos reflectir sobre o papel que a Europa, e principalmente os países da Europa do Sul, podem desempenhar face às questões do Médio Oriente.

O primeiro aspecto, sem o qual nada será possível, tem a ver com a mentalidade, com a disponibilidade intelectual e anímica, para encarar estes problemas como problemas comuns que afectam igualmente os países das duas margens do Mediterrâneo. Tem assim de se combater a ideia, que tende a instalar-se entre os europeus, de que os problemas apenas respeitam à margem sul, perfilando-se para a margem norte apenas como ameaças, o que conduz a que aqui se desenvolva muito mais uma preocupação negativa, de defesa contra as ameaças, do que uma motivação positiva, de cooperação para a busca de soluções.

Essa nova mentalidade passa também pela consolidação de um clima de confiança, para a qual muito poderia contribuir a realização de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente, que começou por ser proposta por Gorbachev em Março de 1986 e tem sido retomada por vários responsáveis, mas para a qual nunca se avançou.

Dessa conferência poderia e deveria desaparecer o conceito do Mediterrâneo como «espaço vital» para qualquer superpotência, e dela poderia resultar a transformação do Mediterrâneo numa zona desarmada e de paz, a formalizar através de um fórum permanente, que poderia ser uma Conferência de Segurança e Cooperação Mediterrânica, à semelhança da CSCE, da qual seria parceiro privilegiado.

Conferência que não inviabilizaria o prosseguimento do diálogo e cooperação bilateral ou em fóruns mais restritos, como o Grupo 5+4 (Magrebe+Portugal, Espanha, França e Itália) que depois passou a 5+5, com a inclusão de Malta, mas que se encontra paralisado.

Na identificação dos três fenómenos susceptíveis de constituírem ameaças, poluição, emigração, fundamentalismo, surge como denominador comum, influenciando o agravamento de todos eles, o problema do subdesenvolvimento na margem sul. Subdesenvolvimento que é chocante, quando encarado em termos absolutos, isto é, na ausência de resposta à satisfação das necessidades básicas das populações, mas que se torna explosivo quando

colocado em termos relativos, ou seja, quando se confronta com o subdesenvolvimento e o desperdício da sociedade de consumo a norte.

Nenhum dos grandes problemas, poluição, emigração, fundamentalismo, é susceptível de soluções imediatas. Mas se não forem traçadas desde já estratégias para os solucionar agravar-se-ão, vindo a assumir dimensões incontroláveis.

E se todos eles são atravessados pelo factor comum do subdesenvolvimento na margem sul, também as soluções terão de ter, como factor comum, o apoio ao desenvolvimento da região. Mas, exactamente porque, como atrás referi, o problema da margem sul do Mediterrâneo não é isolável do resto do continente africano, o apoio ao desenvolvimento tem de se estender a todo o continente, sem o que apenas se estarão a deslocar as ameaças alguns quilómetros para sul.

Há assim que erradicar em absoluto a ideia, que tem prevalecido nos países do chamado bloco ocidental, e que Esther Barbée identifica com a tendência tradicionalista dos EUA, *«para encarar a manutenção da paz no Mediterrâneo, prioritariamente por meios militares»*. Causa estranheza, mas é uma realidade, voltarem a ouvir-se críticas e apelos, até de sectores responsáveis, que recuperam as grandes tiradas das cruzadas *«contra os infiéis»*.

É evidente que os conflitos regionais, quando eclodem com expressão armada, exigem respostas militares. Mas na sua origem, como se diz no relatório da Conferência de Atenas para o Mediterrâneo de 1992 a que já me referi, estão sempre as disparidades socioeconómicas. E estas não têm soluções militares. Mais do que nunca a segurança terá de significar cooperação e não defesa militar.

Outro aspecto que pode prejudicar a busca de soluções de cooperação para o combate ao subdesenvolvimento a Sul é a possível tendência para a UE se fechar na chamada *«Europa fortaleza»*, como se fosse possível substituir o muro que a separava do Leste, por uma cortina que a isole do Sul.

Os obstáculos à emigração legal não travam e, pelo contrário, até fomentam a emigração clandestina. E os riscos que decorrem da emigração, desemprego de nacionais, marginalidade, racismo, xenofobia, derivam muito mais da emigração clandestina do que da emigração legal.

A cooperação com os países do Sul pode também ser prejudicada pelos problemas que se verificam na Europa de Leste, e que em termos de preocupações da UE tendem a sobrepor-se aos do Médio Oriente. Funciona aqui a solidariedade norte-norte, entre países da mesma família étnico-cultural, que se cruza com a necessidade de impedir o ressurgimento de fracturas ideológicas que estiveram na base das grandes guerras, quentes e frias, do século XX.

Mau seria se a Europa viesse a ser surpreendida por novas contradições no seu seio, consequentes de problemas oriundos do Médio Oriente, para cuja solução não deu a oportuna e conveniente contribuição.

Em conclusão, hoje a segurança da Europa, face aos problemas do Médio Oriente, passa pela segurança do próprio Médio Oriente, e só tem solução no quadro de uma cooperação para o desenvolvimento desta região e da África.

Desenvolvimento que tem que ser global e integrado, como muito bem refere um estudo elaborado nesta UAL, segundo o qual a questão demográfica passa por uma visão cultural, que envolve o estatuto da mulher, o controlo da natalidade, a educação; em que os investimentos sejam canalizados para a criação de postos de trabalho, orientados sobretudo para os jovens, para objectivos sociais, para as infra-estruturas, para o ambiente.

Honestamente, não vemos em que outro quadro a Europa poderá contribuir para ajudar o Médio Oriente a enfrentar e superar os gravíssimos problemas que o afligem.

Contribuição que, afinal, se destinará à solução dos problemas da própria Europa, quer os actuais, quer os que se perfilam no horizonte.

Pedro de Pezarat Correia